

TUDO SOBRE AS ELEIÇÕES: ONDE *Presidenciais* E COMO VOTAR.



São pouco mais de 82 milhões de brasileiros habilitados a escolher o novo presidente da República. Deles, 18.563.715 no estado de São Paulo (6.016.796 na capital). Eles poderão escolher, depois de amanhã, entre 21 candidatos – os votos dados ao nº 26, Corrêa, serão considerados nulos, pois seu partido, o PMB, foi extinto. Os dois mais votados – caso nenhum deles supere os 50% dos votos



válidos – disputarão um segundo turno, marcado para 17 de dezembro. Neste suplemento especial, além de um resumo dos programas de governo dos dez principais candidatos, damos todas as normas para a votação, os endereços de todas as seções eleitorais, bem como dos locais onde os que estiverem fora de seu domicílio eleitoral poderão justificar a ausência e evitar as penalidades.

COMPARE OS PROGRAMAS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS

Os programas dos candidatos

Os principais pontos dos programas de governo de 10 candidatos estão nesta e nas páginas seguintes. Compare.

Combater o déficit público com o corte de despesas, aumento da receita e privatização; adotar uma política fiscal e monetária acompanhada de uma política de preços e salários para enfrentar a **inflação**; fortalecer as bolsas de valores, mas disciplinando-as para evitar a especulação fraudulenta; estimular a livre negociação nas discussões salariais: esses são alguns dos planos de governo do candidato do PSDB à Presidência da República, Mário Covas, que adianta, também, o que ele não pretende fazer. Por exemplo: está descartada a estatização do sistema financeiro.

Covas entende que a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro poderia ser permitida, dependendo da reciprocidade. E defende outras saídas para a negociação da **dívida externa**, como por exemplo evitar os "ajustamentos" internos. E evitar, também, que a transferência

de recursos para o Exterior atrapalhe o desenvolvimento do País. Moratória? Para ele, um governo forte, com credibilidade política e legitimidade teria condições de renegociar a dívida sem ter que apelar necessariamente para esse recurso.

No caso do **déficit público**, ele defende um corte nos subsídios, incentivos e isenções fiscais, que equivalem a 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto). Para Covas, o governo precisa reduzir despesas, ainda que o peso disso seja quase que simbólico, para reforçar a crença na luta contra a inflação, aumentando-se a receita sem aumentar, necessariamente, a carga tributária. E está nos planos do PSDB, também, adotar mecanismos que melhorem o nível de renda da população, além da criação da infra-estrutura de transportes e de terras urbanas para facilitar o acesso à casa própria, um dos desafios da **política habitacional**.



COVAS

O candidato do PSDB não vê necessidade de moratória, com um governo legítimo. E defende corte nos subsídios.

Austeridade é a palavra-de-ordem na **reforma administrativa**: nada de clientelismo ou de práticas cartoriais, sentencia o candidato do PSDB, que pretende acabar com o inchaço da máquina do serviço público sem, no entanto, promover demissões — para ele, basta congelar parte das vagas que se

abrirão naturalmente.

A **Política salarial** do governo Covas dependeria basicamente dos resultados de uma tentativa de reduzir a inflação a patamares mínimos e, a partir daí, estabelecer um sistema de aumento baseado na produtividade — os ganhos de produtividade seriam repassados aos salários, e não

seria permitido o repasse aos preços dos aumentos concedidos.

No **setor agrícola**, o objetivo é atrair de volta fontes privadas de financiamento para a retomada do crescimento da produção rural, que o PSDB considera essencial para aumentar a oferta de bens de consumo das camadas mais pobres, melhorar o nível de nutrição e aumentar a oferta de emprego. Para isso, entende o partido, seria preciso aumentar os ganhos de produtividade, diversificar a oferta de produtos agropecuários e incentivar a produção em massa — e aí a prioridade seria o investimento na infra-estrutura, principalmente na armazenagem e na eletrificação rural.

Num governo do PSDB, a **reserva de mercado** na informática seria revista "sem paixões", com o investimento em recursos humanos e o abandono da política ultranacionalista. Covas pensa também no apro-

veitamento do **capital externo**, por entender que as restrições à empresa estrangeira e às multinacionais, na sua opinião justificáveis nas condições das décadas de 40 a 60, devem ser reavaliadas levando-se em conta a situação atual. O candidato do PSDB é a favor de uma "abertura seletiva" da economia e, sempre em nome do aumento da capacidade produtiva, admite a formação de "joint ventures" — com participação estrangeira não majoritária, se for conveniente.

A **privatização** no governo Covas levaria em conta uma cuidadosa seleção de grupos privados capazes de operar empresas em benefício da sociedade. Mas algumas áreas, como certos serviços públicos, seriam intocáveis. No **plano político**, o candidato tucano defende a substituição do regime presidencialista pelo parlamentarismo, que na sua opinião é mais flexível para a solução de crises.

O programa de governo do candidato do PDS, Paulo Salim Maluf, dá prioridade à **saúde**. Ele promete destinar 30% das verbas da Previdência Social ao setor, investindo principalmente na prevenção das doenças, e estão em seus planos a desestatização e a descentralização, com a promoção de convênios ou sociedades da iniciativa privada com hospitais e clínicas particulares e públicas, para que o trabalhador tenha acesso à livre escolha. O candidato promete, também, pôr em prática um programa de construção de **casas** — pelo menos um milhão por ano — em terrenos urbanizados do governo. Maluf também prega a **reforma agrária**, mas uma reforma que abrangia as terras do governo em favor das famílias dos agricultores.

No caso da **casa própria**, seu programa

adianta que não será permitido o uso de qualquer centavo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a não ser em construção de casas populares. Quanto à reforma agrária de Maluf, tem como objetivo melhorar a produção de mais alimentos. Para isso, ele pretende, também, instituir um imposto progressivo para as terras ociosas e quer o Ministério da Agricultura atuando como o responsável pelo abastecimento no País.

Maluf promete apoiar as pequenas e microempresas, com a criação de um programa de combate ao **desemprego**, e garante que o trabalhador terá oportunidade também de montar seu próprio negócio. Das promessas de um milhão de casas por ano, de milhões de empregos para os brasileiros, ele passa para a



MALUF

O programa do candidato do PDS privilegia a saúde. E ele pretende fazer reforma agrária com terras do governo.

promessa de demissão sumária de milhares de funcionários públicos que estariam ganhando sem trabalhar e pretendem eliminar ou vender empresas estatais, enxu-

gar a máquina burocrática e acabar com as mordomias, tudo como parte de seu plano contra a **inflação**. Para ele, o governo atua como o principal agente infla-

cionário, pelas seguidas emissões de moeda e colocação "desenfreada" de títulos públicos no mercado financeiro, aumentando as taxas de juros.

Maluf defende um Estado com menos intervenção na área empresarial. Entende que a **estatização** arruinou a vida brasileira e, por isso, considera a **privatização** uma tarefa urgente, que seria posta em prática por meio de licitação, venda em bolsa, conversão de dívidas ou leilão público. O candidato do PDS promete **ensino gratuito** para os cursos de 1º e 2º graus, e distribuição de merenda escolar para todas as crianças — inclusive nas férias. Ele garante que, em seu governo, os mais pobres poderão frequentar a universidade, através de vagas garantidas inicialmente por dois bilhões de dólares da **dívida externa** que seria renegociada e con-

vertida para esse fim específico.

Mas ele pretende renegociar "somente a dívida boa", isto é, aquela que proporcionou riquezas e empregos no país. Quanto à **dívida interna**, será honrada, promete o candidato do PDS, que pretende combatê-la paralisando a emissão de papéis para desestimular a "ciranda financeira". A **desburocratização** é outro objetivo do candidato do PDS, que vê nessa providência um passo importante para o aumento da produtividade. Maluf pretende ainda instituir uma alíquota de **imposto de renda** reduzida para que ninguém "incorra no desconforto moral da sonegação". E, em matéria de **segurança**, promete um extensivo combate ao crime, além de atacar a corrupção. Para ele, instalou-se um regime de impunidade vergonhoso no país.

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, não acredita em programas de emergência no combate à inflação. Acha mais eficiente uma política de médio prazo, visando ao crescimento, à reestruturação do País e, principalmente, à recuperação da confiança da sociedade no governo — etapa que ele define como "choque de credibilidade". Quanto à **dívida externa**, sua principal providência seria negociar com os credores a retirada do aval da União dos contratos contraídos pelas empresas públicas e privadas.

A descentralização da **negociação da dívida** é considerada fundamental pelo PRN para reduzir a subordinação das metas econômicas aos esquemas de pagamento do débito. Sem o aval da União, a dívida ganharia um tratamento diferenciado para cada devedor, entende o candidato do Partido da Reconstrução Nacional, para quem as empresas eficientes poderiam, então, cumprir um programa regular de pagamentos.

As outras poderiam

optar pela conversão em participação societária, segundo Collor, que não admite em hipótese alguma o rompimento com o FMI, BID, Banco Mundial e Clube de Paris.

Seria garantido o pagamento das dívidas com os organismos multilaterais de crédito, e o governo negociaria com os credores apresentando um programa de privatização, de reforma administrativa e de política fiscal e monetária.

Para Collor a questão da **dívida interna** só pode ser resolvida mediante a expectativa de um crescimento econômico, aliada à confiança na política fiscal do Estado. Isso, segundo o candidato, daria tranquilidade aos credores para que eles aceitassem renegociar o débito.

Na **política habitacional**, Collor defende uma atenção especial às classes populares. O governo do PRN subsidiaria a construção de moradias para o setor, que segundo Collor não tem capacidade para enfrentar uma economia de mercado. E, para que o trabalhador melhore sua situação, o candidato for-



COLLOR

O candidato do PRN quer, antes de tudo, um "choque de credibilidade", para implementar suas reformas.

taleceria a pirâmide **salarial**, não se preocupando, em princípio, com os encargos trabalhistas. Dependendo do crescimento econômico, seria estudada a possibilidade de se aliviar os encargos.

A **reestruturação administrativa** num governo

do PRN não teria como ponto principal a demissão de servidores. Seria levado em consideração o pessoal excedente, acabando-se com a duplicidade de funções no serviço público. O partido admite, também, a extinção de alguns ministérios para

enxugar a máquina administrativa.

A **privatização** de empresas estatais, para Collor, não pode se basear apenas no limite de compra e venda de ativos. Seria obedecida uma estratégia de desenvolvimento econômico, podendo o patrimônio público ser repassado ao capital privado por venda ou concessão.

No **sistema financeiro**, seria incentivada a competitividade e analisada a possibilidade de abertura para o capital externo. A **reserva de mercado** da informática seria revista, segundo o programa do PRN, que estudaria prazos e condições para a vigência do privilégio, em vez de manter a ampla proteção atual. O programa defende ainda o saneamento do setor público e a criação de condições para o crescimento do capital privado para depois ser posta em prática uma estratégia visando a atrair os **investimentos externos**. Esse programa de atração dependeria das prioridades fixadas em conjunto com o **Congresso**, cujas relações, espera o candidato, levarão em

conta principalmente os interesses do País.

A **agropecuária** teria uma regulamentação "transparente" num governo do PRN, que considera a estabilidade cambial o principal requisito, embora não se espere que o País seja transformado exclusivamente num exportador de grãos. A prioridade do partido é resolver o problema da fome e, para isso, está em seus planos a criação de um conselho para definir uma política de preços para os gêneros alimentícios essenciais e produtos estratégicos. Collor pretende, também, combater a evasão fiscal, melhorando o sistema do recolhimento de **tributos**. A luta contra o **déficit público** começaria com um rigoroso combate à sonegação. O governo do PRN procuraria negociar com o Congresso a eliminação de subsídios e incentivos garantidos por prazo indefinido na Constituição, e seria revista também a lei que cria as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Além disso, está nos planos do partido adotar iniciativas que ajudem a ampliar a credibilidade das bolsas de valores.

Mais do que a **inflação**, o que preocupa o PDT é o perigo da hiperinflação. Esse é um dos principais itens do programa do partido de Leonel Brizola, para quem um processo hiperinflacionário exige uma política econômica recessiva. Com hiperinflação, diz o programa do partido, ou se tem uma economia centralizada ou se caminha para a adoção de instrumentos ortodoxos. Em princípio, para o PDT, o principal é impedir que a hiperinflação se instale de uma vez.

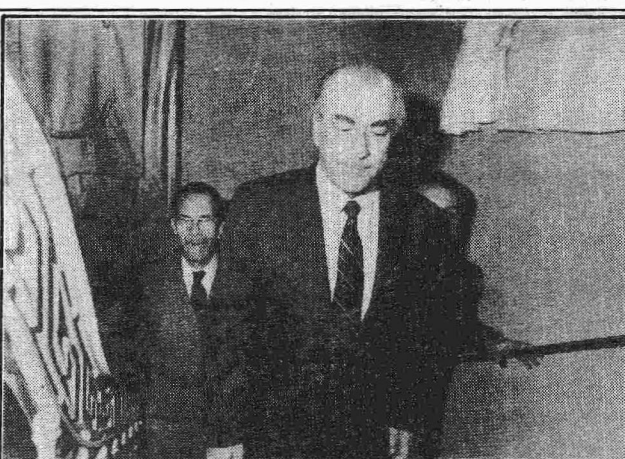
No caso da **dívida externa**, Brizola defende a negociação dos juros de acordo com o padrão da Internacional Socialista e acha que o Brasil precisa importar muito mais do que importa hoje. Para isso, afirma, é preciso que diminua o fluxo de pagamento dos juros da dívida. E o que o PDT proporia seria ou os juros fixos ou o estabelecimento de um teto para o pagamento deles. Esse teto seria definido por meio de negociações,

nunca pela via unilateral.

No setor de **investimentos**, o PDT vê como grande desafio a necessidade de aumentar a estabilidade para aumentar a poupança interna. Um dos objetivos do programa pedetista é acabar com um sistema que só funciona a longo prazo e empresta a longo prazo através do governo, e isso, admite o partido, depende também da ajuda do setor privado.

Um governo pedetista daria especial atenção para o **produtor rural**, não só mantendo como ampliando as linhas de crédito. Brizola defende a reformulação total da política de abastecimento, dando-se aos setores exportadores a garantia de um câmbio adequado.

O PDT defende uma política salarial que se restrinja ao piso, aumentando-o, e que dê liberdade de negociação aos que ganham acima disso. Outra preocupação sua no setor é com a Previdência Social, com despesas crescentes, princi-



BRIZOLA

A hiperinflação é a grande preocupação do candidato do PDT. E ele riscou a palavra privatização de seu programa.

palmente por causa da nova Constituição.

"Colar" as **bolsas de valores** na economia é outro dos objetivos do PDT, que explica: não pretende punir o jogo natural do mercado, e sim o especulativo. Brizola defende a adoção de um mecanismo fiscal tributário que, de um lado, estimule as empresas a

abrirem o capital como a melhor forma de captar recursos (inclusive de longo prazo) e, de outro, acabe como o abuso das operações especulativas.

O candidato do PDT garante que não pretende estatizar o **sistema financeiro**, mesmo porque não haveria condições de gerenciar a operação. E, quanto à **reserva de mercado**, o objetivo é fortale-

lê-la. Na **política habitacional**, defende a necessidade de ser criado até o ano 2000 no país um total de 25 milhões de novos proprietários urbanos e rurais.

A **reforma administrativa** pregada pelo candidato do PDT prevê um plano de carreira para o servidor público e a nomeação com base em critérios técnicos. Não é preciso demitir, afirma Brizola — basta não preencher as vagas que se abrem por causa de aposentadorias, mortes e afastamentos voluntários. Com isso, o País passaria a ter uma administração pública profissional, acrescenta.

No caso dos **impostos**, o objetivo é tornar a carga tributária mais eficiente, garantindo-se estabilidade às regras a serem estabelecidas. E o **déficit público**, para Brizola, só pode ser combatido depois de se reorganizar a máquina da administração fiscal e financeira do governo. A curto prazo, segundo ele, seria preciso suspender

— pelo menos provisoriamente — incentivos e subsídios, equacionar as dívidas públicas interna e externa e administrar financeiramente as despesas durante um certo período.

A **dívida interna** no governo do PDT teria um tratamento ortodoxo, com uma garantia ampla, tanto de indexação quanto de liquidez, para os títulos de longo prazo. O programa prevê, também, no item **capital externo**, a abertura do mercado às empresas estrangeiras, pois o partido entende que não há mais no mundo economias fechadas como a do Brasil.

A palavra **privatização** foi riscada do programa do PDT: Brizola prefere usar a expressão "desregulamentação", e levaria em conta principalmente o interesse estratégico — que se resume hoje praticamente a setores como a Petrobrás, Eletrobrás, Embraer e Vale do Rio Doce, segundo o PDT — antes de tomar alguma decisão.

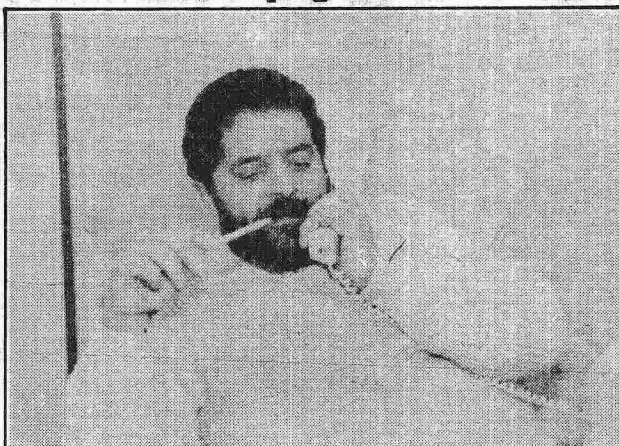
O programa de governo do Partido dos Trabalhadores prevê como uma das primeiras iniciativas o rompimento das negociações com o FMI e a suspensão imediata do pagamento da **dívida externa**, com a instauração de uma auditoria para verificar a legitimidade dos débitos. Além disso, o governo de Luis Inácio Lula da Silva proporia a convocação de uma conferência de países devedores para definir uma estratégia comum de ação.

Internamente, uma das primeiras decisões seria o combate à sonegação e à evasão fiscal, que segundo o PT permitiria um bom reforço de caixa no começo do governo. Essa seria uma das frentes no combate ao **déficit público**. A outra seria um programa de moralização que inclui a eliminação do duplo emprego e dos "marajás". O programa do PT prevê ainda uma reforma tributária a ser

proposta ao Congresso e à sociedade, para inverter a situação atual — na qual o assalariado paga mais imposto do que quem acumulou patrimônio e riqueza, de acordo com o Partido dos Trabalhadores, que pretende atacar também o chamado "Caixa 2" das empresas grandes e médias dobrando a fiscalização.

Para tentar resolver o problema da **dívida interna**, Lula defende o aumento dos prazos de vencimento dos títulos, sendo os aplicadores informados dos riscos no caso de contribuírem, mesmo involuntariamente, para a instabilidade econômica. Seria feito, nesse caso, um apelo para que eles troquem os títulos de curtíssimo prazo por outros tipos de aplicação a serem oferecidos pelo próprio governo.

A **Política Salarial** proposta pelo PT prevê o aumento gradual dos salários reais, com o estabelecimento de contratos coletivos de tra-



LULA

O candidato do PT vai suspender o pagamento da dívida externa. E pretende manter a reserva de mercado.

balho, melhorando os salários por categoria. E, para que o mercado interno seja beneficiado fundamentalmente pela política de salários, o governo do candidato Lula admite a abertura para a economia internacional. O **sistema bancário** privado também passaria por mudanças, a começar pelo corte dos subsídios como ta-

rifas favorecidas e ganhos com o repasse de receitas tributárias e outras receitas públicas.

A administração pública se apoiaria na rede bancária oficial para a execução da política de crédito e de investimento do governo. Outro objetivo é o fortalecimento dos bancos estaduais. Os bancos estrangeiros, pelo programa

do PT, atuariam sob fiscalização rigorosa.

Na **política habitacional**, a prioridade de Lula é o investimento na construção de casas populares, saneamento e transporte de massa. A construção de casas para os setores de renda média é a segunda prioridade. Ainda nesse setor, o governo petista pretende combater duramente a especulação e a grilagem, e outro de seus objetivos é incentivar a expansão econômica das pequenas e médias cidades, com investimentos em infraestrutura e incentivo à criação de empregos.

A **política agrícola** será baseada no estímulo aos produtores rurais, principalmente os pequenos e médios, incentivando-se a produção de alimentos de modo que seja garantido o abastecimento de um mercado interno em expansão, beneficiado pela política de distribuição de renda. O programa prevê, também, uma

campanha para acabar com os fatores que provocam o encarecimento final da mercadoria.

O governo petista defende uma tentativa de se atrair a **poupança** do setor privado para o financiamento dos investimentos e da produção. As bolsas de valores, no governo de Lula, seriam estimuladas a captar recursos hoje paralisados no mercado financeiro, a fim de dinamizar a capitalização das empresas e o investimento produtivo.

Pelo programa do PT, a **privatização** só ocorreria nos casos de empresas estatais que foram assumidas pelo governo quando estavam à beira da falência. A venda dessas empresas seria feita pelo valor real, sem prejuízo para o governo. Quanto à **reserva de mercado**, seria determinada sempre que o governo achasse necessário. Em princípio, os setores protegidos seriam os da informática e da química fina.

O cruzeiro voltaria a ter vez num governo do Partido Liberal. Seu candidato, Guilherme Afif Domingos, destaca em seu programa, na parte intitulada "Plano de Estabilização Econômica", a mudança do regime monetário, com a volta ao padrão cruzeiro, dentro de regras estáveis que permitiriam sua inclusão entre as dez moedas de maior aceitação no mercado internacional. Afif prega, também, no item "Plano de Desenvolvimento", três revoluções no País: tecnológica (educação e cultura), urbana (transporte e habitação) e verde (agricultura e ecologia/meio ambiente).

Para pôr em prática essas três revoluções, o Partido Liberal entende ser necessário retomar o processo de desenvolvimento, a partir da renegociação da **dívida externa**, que seria convertida em investimento, como instrumento de privatização e estímulo a setores prioritários. Sua proposta nesse sentido in-

clui ainda a recompra limitada de títulos da dívida de credores hesitantes em aderir à conversão da dívida em investimento, através de leilões de divisas do Banco Central, e a limitação parcial dos pagamentos dos juros devidos aos credores que não aderirem ao esforço de reconstrução econômica do País.

Também como passo a caminho das três revoluções, o PL defende o equacionamento da **dívida interna** e a política de fixação da taxa de juros e o equilíbrio do orçamento público. No seu governo, seriam eliminados imediatamente todos os subsídios, isenções fiscais e incentivos concedidos, diante da devolução ao Congresso da prerrogativa de decidir a aprovação de propostas nesse sentido. Também seriam interrompidos os gastos vinculados a projetos federais de prioridade social questionável, e desativadas autarquias, empresas e fundações com objetivos que não se enquadrarem na **reforma administrativa**.



AFIF

O candidato do PL promete três "revoluções": tecnológica, urbana e verde, para fazer o País retomar o crescimento.

A **reforma tributária** daria mais ênfase ao imposto de renda (progressivo) e menos aos impostos indiretos (regressivos). O IR seria simplificado, com a criação de apenas três alíquotas, incorporando-se a economia informal ao universo dos contribuintes, com base no princípio de que se se pagar menos, todos pagam.

O PL preparou um

plano de emergência baseado em quatro pontos: 1) comida (cesta básica); 2) remédio (cesta básica); 3) amparo à criança; 4) frentes de trabalho.

Afif defende a revolução tecnológica por entender que a tecnologia no Brasil está defasada em até 20 anos, em alguns setores. E quer acabar com o problema dos manufaturados brasileiros, que, embora ainda

competitivos em preço, encontram cada vez mais barreiras protecionistas ou sobretaxas "punitivas/compensatórias". Ele quer acabar também com a excessiva concentração estatal nas atividades produtivas, e é contra a reserva de **mercado na informática**, que impede a importação de equipamentos que contenham componentes eletrônicos. Afif é a favor de uma revisão profunda do **projeto nuclear** nas condições em que foi implantado no Brasil, e defende a desativação das duas unidades existentes, levando em conta os altos riscos a que, na sua opinião, estão submetidas as populações dos dois maiores centros do País — Rio de Janeiro e São Paulo.

O programa do PL cita o sistema Telebrás como um exemplo da ineficiência da **ação estatal** nas empresas, e defende uma remodelação gradativa desse setor, com a participação da empresa privada. No setor de **transportes**, acha

necessário fazer um drástica inversão, privilegiando as ferrovias, através das quais, para Afif, seria possível dar o salto real para a implementação das demais revoluções, a Verde e a Urbana. Está no programa do PL a criação de uma "ferrovia transandina".

Na **educação**, Afif dá prioridade à fase pré-escolar, e não aceita o governo como agente de execução do processo educativo. A ampliação do ensino profissionalizante também está nos planos do PL.

Na **agricultura**, o Nordeste tem atenção prioritária, com destaque para a questão da irrigação.

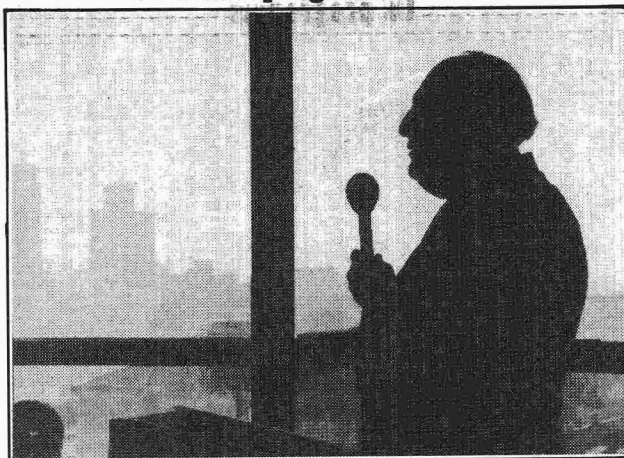
Afif também dá muita importância aos créditos de investimento, para criar empresários no setor. A **revolução urbana** pregada por ele depende de um cuidadoso planejamento, enquanto, no **trabalho**, a meta é o fortalecimento da empresa nacional, para gerar mais empregos.

Educação é a prioridade número um do programa do candidato do PFL, Aureliano Chaves. Uma das primeiras providências que ele tomaria, como presidente, seria analisar o orçamento da União e ver qual a destinação dos recursos para o setor, a fim de estudar a melhor maneira de aproveitá-los, e dar uma estrutura educacional sólida ao País. A excessiva estatização da economia também seria atacada, mas com cautela, dando-se ênfase ao aspecto moralizador.

Aureliano é a favor da revisão de áreas como a da energia elétrica, onde, para ele, pode haver uma participação mais ampla da iniciativa privada, assim como nos setores siderúrgico e de transportes. Mas não concordaria com a privatização da Petrobrás. Ele acha que é preciso definir bem as áreas onde a presença do Estado é desnecessária e onde a iniciativa

privada pode entrar — associada ou não com empresas estrangeiras. E, quando fala em prioridades, destaca o caso da ferrovia Norte-Sul, um projeto perfeitamente adiável, na sua opinião. Já uma usina hidrelétrica como a de Xingó mereceria dele toda a atenção, porque, se ela não entrar em funcionamento dentro do cronograma previsto (1992), afirmou, o Nordeste sofrerá um brutal racionamento, o que significaria uma dura recessão na região, com repercussões na economia nacional.

O programa nuclear, de acordo com Aureliano — que em vez de programa prefere falar em “linhas-mestras” de governo — é importante, já que o Brasil precisa desse tipo de energia para o setor elétrico — ainda que não seja nada prioritário, pois há outras fontes, com a hídrica. Mas ele acha que o programa tem reflexos sobre o desenvolvimento da medicina, da agricultura e da indústria.



AURELIANO

O candidato do PFL considera excessiva a estatização no Brasil, mas não privatizaria empresas como a Petrobrás.

Nesse sentido, considera fundamental concluir a Usina Angra II, mesmo porque, a esta altura, diante dos compromissos internacionais assumidos e dos equipamentos já comprados, sairia mais caro não terminá-la.

A dívida externa, no governo Aureliano, seria renegociada de acordo com uma visão política global. A maior

parte dessa dívida não é questionável, segundo o candidato do PFL, que vê uma vantagem do Brasil em relação aos demais países devedores: aqui, sabe-se onde está a dívida — ele aponta como resultados dos compromissos contraídos no Exterior a melhoria do parque siderúrgico, o crescimento do parque energético e a melhoria dos

sistemas de transportes, especialmente nos casos dos metrô de São Paulo e do Rio.

Apesar desses aspectos positivos, o Brasil não consegue pagar a dívida, reconhece o candidato, que adotaria como solução a renegociação com dilatação dos prazos, redução do total e redefinição de prazos para a remessa de dólares.

Aureliano reconhece o direito de greve, mas em seu governo seria estabelecido um nível de responsabilidade, para que os interesses de outros não sejam violentados. Como exemplo, cita os setores de fornecimento de energia elétrica ou de água nos hospitais, que não poderiam ser afetados.

O enxugamento da máquina burocrática também faz parte dos planos de Aureliano, mas de um modo cauteloso, sem causar traumas. Seu governo não mandaria embora um bom funcionário ao lado de um mau funcionário. Todos só seriam

contratados por concurso público e incentivados pela valorização através do mérito. O enxugamento é necessário, admite Aureliano, mas não pode ser feito de modo genérico.

Além da educação — setor em que ele dá especial importância para o ensino básico, de primeiro e segundo graus, e o profissionalizante — Aureliano Chaves destaca em suas prioridades a saúde. E, no caso da habitação, defende a liberação do Fundo de Garantia para que o trabalhador possa usá-lo na construção da casa própria, talvez num sistema de mutirão, em seu próprio lote.

Em matéria de segurança, defende a pena de morte para casos de seqüestro e estupro com morte. O candidato defende ainda a criação de condições para que as Forças Armadas sejam devidamente preparadas, “com equipamentos necessários para que possam cumprir o seu papel constitucional”.

O candidato do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire, invoca o exemplo dos Estados Unidos, em seu programa de governo, ao defender a adoção de sanções rigorosas para se evitar as fraudes financeiras. Um de seus principais objetivos será o fortalecimento dos bancos oficiais, e o PCB também não aceita a quebra da hegemonia nacional sobre o sistema financeiro. Freire afirma que os bancos nacionais devem continuar desempenhando o mesmo papel de hoje — o de apoio ao serviço do comércio exterior. E aí, além dos EUA, ele cita também o Japão e a Alemanha Ocidental como exemplos de países que detêm o controle absoluto sobre seus sistemas.

A política salarial de um governo comunista no Brasil seria baseada num sistema que garantisse aos salários mínimos e médios a correção integral pelo índice da inflação passada, com mecanismos que incluíam um diferencial que permitisse dobrar a re-

muneração básica num período de tempo determinado pelo Congresso, em relação ao valor real verificado em janeiro de 1990.

O objetivo maior é resgatar aos poucos o salário mínimo, de modo que a oferta de produtos possa se adequar sem traumas à nova demanda. Outra preocupação do PCB de Roberto Freire é adotar dispositivos que evitem grandes defasagens nos ganhos salariais.

Quanto aos encargos trabalhistas, Freire defende a simplificação e unificação do sistema de arrecadação de taxas. O candidato socialista é contra uma taxa maior sobre salários, por entender que os trabalhadores contribuintes já pagam demais. O combate à inflação, para Freire, deve incluir um plano de emergência de curto prazo, reforçando-se as reservas cambiais com a suspensão das transferências líquidas para o exterior durante o período de ajustamento e negociação com os credores da



FREIRE

Um aumento na atuação do Estado é o que prevê o programa do candidato do PCB, que fortalecerá bancos oficiais.

divida externa. Aqui também ele busca um exemplo norte-americano, lembrando que o presidente Roosevelt adotou uma decisão singular para combater a depressão e o desemprego nos anos 30: aumentou o déficit público. Mas ele tem planos para reduzir esse déficit, com mais eficiência e menos gastos e investimentos em infraestrutura.

O PCB defende a criação de uma instância formal de diálogo e negociação entre trabalhadores, empresários e governo, visando a um entendimento para preços, salários, câmbio e tarifas públicas.

Num governo do PCB, a dívida externa seria discutida em bloco — mediante articulação com os demais países devedores — num fórum internacional espe-

cífico. O Brasil proporia moratória até que as negociações se encerrassem e buscaria uma conversão limitada da dívida em investimentos, alongamento do prazo de amortização e garantia de novos financiamentos sob novas regras.

A iniciativa privada merece atenção especial no programa do candidato Roberto Freire que, em princípio, não limitaria as opções para investimento desde que o papel do Estado fosse respeitado. O PCB defende o controle efetivo do Estado sobre setores considerados estratégicos, entre os quais o de telecomunicações e o de energia elétrica. As empresas de capital aberto teriam prioridade para o acesso a novos recursos, principalmente os dos fundos de investimento dos bancos de fomento econômico.

Freire defende, também, um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, com aumento da produção de alimentos para o mercado interno e para exportação e expansão

da capacidade de geração de empregos no campo. A política fiscal combateria duramente a sonegação. E os subsídios e incentivos fiscais só seriam admitidos em casos muito específicos, como a preservação de um valor baixo para a cesta básica do trabalhador. As grandes fortunas seriam taxadas. A dívida interna seria combatida com um sistema de juros reais em um percentual previamente negociado, com um teto de resgate para proteger as pequenas aplicações.

A questão habitacional também ocupa lugar de destaque no programa do PCB, que defende uma reforma ampla da legislação do solo urbano, um levantamento para se avaliar o déficit real de casas no país e uma auditoria nos órgãos controladores do FGTS para se identificar e conter a evasão de recursos. E a privatização, num governo do PCB, ficaria restrita às empresas que foram incorporadas ao patrimônio da União por motivo de incompetência administrativa.

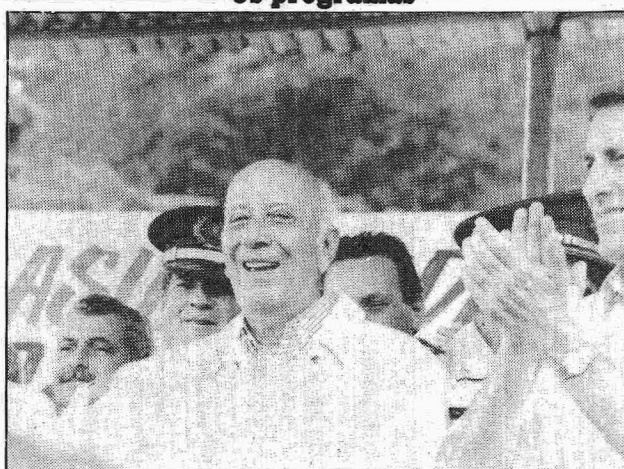
O setor econômico do País recebeu acentuada atenção no programa do PMDB, Ulysses Guimarães. Tributos, dívida interna, dívida externa, combate à inflação, política salarial, política habitacional são apenas alguns dos destaques no programa de governo.

A meta inicial na área de **tributos** é retomar o patamar da década de 70, quando a arrecadação correspondia a 40% do PIB — Produto Interno Bruto. Hoje, ela chega a apenas 26% — e para que o Tesouro Nacional se recupere de maneira satisfatória, essa taxa deve ultrapassar a casa dos 30%. Para isso, prevê-se a redução de subsídios, notadamente ao trigo, ao açúcar e ao álcool, a suspensão temporária de incentivos fiscais e o fim dos desperdícios na máquina administrativa. Numa segunda etapa, a estrutura da arrecadação deverá passar por mudanças profundas, visando a uma melhor distribuição e à ampliação

ção da base da tributação.

Dívida interna e dívida externa são temas estreitamente ligados, e um influência o outro. A contínua transferência de recursos para o Exterior compromete a solução para a dívida externa — e isso é provocado principalmente devido aos curtos prazos dos vencimentos. Assim, as negociações da dívida externa devem incluir prazos maiores para os vencimentos, de forma a não comprometer uma solução para a dívida interna. A proposta inclui ainda uma desindexação das aplicações financeiras de curto prazo, privilegiando a poupança.

Para o candidato do PMDB, o sistema financeiro deve ser o grande sustentador do crédito de longo prazo, criando inovações através do grau de modernização que as instituições atingiram nos últimos anos. BNDES e Banco do Brasil serão mantidos em atividades e receberão um reforço em seus papéis.



ULYSSES

No programa do candidato do PMDB, é grande a importância do setor econômico. Aumento de arrecadação é fundamental.

Várias medidas de emergência, acompanhadas de reformas, serão adotadas no **combate à inflação** pelo governo de Ulysses Guimarães. Serão medidas de curto e médio prazos que visam à estabilização da economia, e uma delas, por exemplo, será a reforma monetária, que pretende restabelecer o crédito público no padrão monetário. Co-

gita-se, inclusive, a criação de um novo padrão. Em relação às taxas de câmbio, o programa do PMDB não prevê um congelamento, pretendendo manter a reserva cambial elevada, inclusive para facilitar a negociação da dívida.

Uma política real de vencimentos ao trabalhador inclui a incorporação de inovações tecnológicas, para uma rá-

pida modernização da indústria de produtos. Para o candidato do PMDB, uma melhor distribuição de rendas e o aumento do salário básico serão, ao mesmo tempo, causa e consequência desse desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo, uma política de incentivo à modernização da estrutura produtiva deverá gerar uma nova política de rendas.

O setor da **alimentação** vem atrelado à questão do consumo e do incentivo à produção agrícola — e o investimento público na criação de sistemas de transporte e armazenagem estão incluídos num plano que prevê a produção de 90 milhões de toneladas/ano de grãos. Há planos para investimento no transporte ferroviário e uma preocupação com a formação de estoques que garantam a comercialização dos alimentos básicos a preços menores, com a localização da produção perto dos centros consumidores. O agricultor terá a sua rentabilidade assegura-

da através de uma política de preços mínimos.

A **política habitacional** prevê um atendimento especial às populações de baixa renda, que têm rendimento mensal até três salários mínimos. Aproveitando a existência de várias tendências, Ulysses Guimarães prevê, em seu programa, o estímulo à autoconstrução, com prestação de assistência técnica às famílias. Ao governo caberá a promoção de programas de regularização de posse da terra urbana e a criação de um fundo para financiamento do material de construção, para o qual prevê-se um investimento da ordem de 750 milhões de dólares por ano para os financiamentos. Os mutuários e as casas populares não receberão incentivo, embora não estejam descartados como solução, principalmente para zonas de alto risco. As populações de média e alta renda continuarão contando com o Sistema Financeiro da Habitação, que terá recuperação conforme a economia for crescendo.

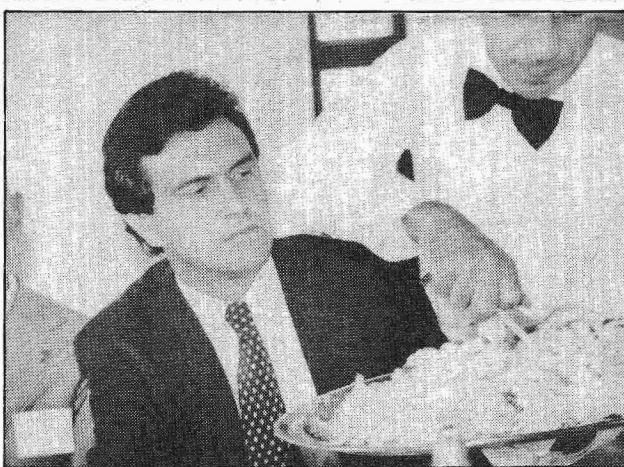
Privatizar. Essa é a palavra-de-ordem do programa de governo do candidato do Partido Social Democrático, Ronaldo Caiado, que também inclui entre suas prioridades a implantação do Projeto Celeiro — com o objetivo de aumentar a produção de grãos e, ao mesmo tempo, gerar mais empregos — e a adoção de uma reforma agrária a cargo da iniciativa privada.

Com a **privatização** de estatais que dão prejuízo, Caiado pretende fazer com que o Estado se volte para suas funções naturais, deixando a economia depender das leis de mercado. A **reforma agrária** de seu governo, que seria administrada pela iniciativa privada, teria a participação do governo, que permitiria a alocação de terras ociosas aos interessados, por meio de projetos específicos. O candidato do PSD dá também especial atenção ao **Proálcool** em seu programa. Pretende não só preservá-lo como também

ampliá-lo, de modo que seja possível produzir excedentes para exportação.

Quanto ao **Projeto Celeiro**, que ocupa um bom espaço em seu plano de governo, é dividido em seis itens: 1) produção de grãos, com a introdução de técnicas modernas de manejo do solo e de irrigação; 2) estocagem e preservação de alimentos, também com a adoção de técnicas modernas para ampliar o tempo de armazenagem sem perigo de deterioração do produto; 3) criação de agroindústrias; 4) criação de agrovilas; 5) oferta de energia, diante da ampliação da atividade produtiva no campo; 6) corredores de exportação, para o escoamento eficiente por meio de ferrovias e hidrovias.

Para combater a **inflação**, Caiado dá ênfase ao Projeto Celeiro, destacando o aumento da oferta de alimentos, e volta a falar na privatização, por entender que essa medida aliviaria as despesas do governo do peso dos pre-



CAIADO

O Projeto Celeiro, para maior produção de alimentos, é o ponto básico do programa do candidato do PSD.

juízos das estatais deficitárias. Ele pretende, também, nesse item, aumentar a arrecadação através de duas frentes: investimentos (capital externo) e incorporação de novos contribuintes para aliviar a carga tributária.

No setor de **habitação**, defende o investimento no Interior — para diminuir a pressão sobre os centros urbanos — a revalorização do

BNH, com o uso de recursos federais na construção de casas para as classes média e de baixa renda, e a restauração do Recon (Refinanciamento de Materiais de Construção), com a adoção de uma “cesta básica de materiais de construção”. A **política salarial** de seu governo protegeria os menores salários — de um a três mínimos — dos efeitos da inflação e buscaria

um ganho real para fortalecer o poder de compra. O candidato do PSD promete, ainda, fazer com que a pessoa física responsável pelo pagamento do salário ao empregado doméstico seja reconhecida como empregador, o que permitiria a dedução do pagamento no imposto de renda. Ele é a favor, também, de sindicatos “fortes e despolitizados”.

No setor de **saúde**, o médico Ronaldo Caiado dá ênfase à medicina preventiva, e pretende criar condições para que o próprio doente escolha o caminho — a rede hospitalar pública ou privada — o que estimularia a livre concorrência. Nesse caso, o governo liberaria mais recursos para os hospitais que o povo preferisse.

Para o desenvolvimento nacional, Caiado entende ser indispensável o uso do **capital estrangeiro**, principalmente em função da **dívida externa**. Só o capital nacional não é suficiente para resolver os

problemas, afirma, defendendo a entrada de capitais de risco para projetos novos, de interesse mútuo, transformando, em certos casos, credores em sócios. Quanto à **dívida interna**, estimada em NCz\$ 110 bilhões em maio deste ano, ele é a favor de um combate baseado na amortização de recursos provenientes da venda de bens e empresas estatais (privatização), aumento da receita tanto pelo aumento de produção como pelo alívio da carga tributária (que na sua opinião reduziria a evasão fiscal) e combate ao empecilho, à corrupção e às distorções salariais. No caso da corrupção, Caiado acha que pode ser solucionada com a privatização.

Na parte referente à **ciência e tecnologia**, promete rever a política de reserva de mercado na informática, e defender a entrada de capitais externos de risco. Na **educação**, dá prioridade à “universalização da oferta de ensino de primeiro grau”.